



EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

TEORIAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE RESTAURAÇÃO, REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: Uma Experiência de Ensino de Pós-Graduação Interdisciplinar

TOFANI, FREDERICO DE PAULA

Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Arquitetura - Departamento de Projetos
Rua Paraíba, 697 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte, MG - Brasil - CEP 30130-140
fptofani@ufmg.br

RESUMO

Este artigo versa sobre uma experiência de ensino em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais: a disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*. Ofertada, desde o ano de 2016, a mestrandos e doutorandos desse raro programa de pós-graduação interdisciplinar voltado ao patrimônio cultural, essa disciplina foi concebida com vistas a contribuir para capacitá-los para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, competências e habilidades próprios à temática e, em específico, para a análise, a crítica e a produção de projetos e obras de restauração, reabilitação e requalificação de bens do patrimônio cultural edificado. O conteúdo programático e as estratégias de ensino-aprendizagem da disciplina, por sua vez, foram determinados e estruturados a propósito desses objetivos educacionais e em conformidade com um conjunto de premissas que consideramos basilares no trato do patrimônio cultural edificado. Como tal, eles têm elevado grau de interdisciplinaridade e interdependência e proporcionam aos estudantes, nos dois primeiros terços da disciplina, a oportunidade de aprofundamento na noção cartesiana de cultura e no conceito antropológico de cultura; nas permanências e transformações do conceito de patrimônio; nas principais questões patrimoniais na contemporaneidade; na formação das teorias e práticas de conservação do patrimônio cultural edificado, a partir do Renascimento; nos conceitos de conservação, preservação, manutenção e restauração, hoje; e nos principais critérios contemporâneos de restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado. No seu terceiro e último terço, a disciplina se converte em um dinâmico workshop no qual esse referencial teórico é aplicado, pelos estudantes, na análise e crítica de estudos de caso à sua escolha e na produção de papers sobre eles. Ao fim deste artigo, são tratadas as questões dos incrementos recebidos pela disciplina ao longo de sua existência, dos seus desdobramentos acadêmicos e dos seus possíveis desafios no futuro.

Palavras-chave: patrimônio cultural edificado; conservação; preservação e uso sustentável; restauração, reabilitação e requalificação; pós-graduação.

Introdução

Fascinante e controverso, o campo das teorias e práticas de conservação do patrimônio cultural edificado tem experimentado considerável expansão na contemporaneidade, como atestam as crescentes quantidade e diversidade de casos e é ilustrado, eloquentemente, pela profusão de propostas e acalorada polêmica sobre como restaurar a Catedral de Notre-Dame de Paris, após o incêndio que a vitimou em abril deste ano (Figura 1).

O presente artigo versa sobre uma experiência de ensino que se dedica a esse campo e se encontra em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PACPS-UFMG). A saber, a disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*, ofertada, desde o ano de 2016, a mestrandos e doutorandos desse que é um dos raros programas de pós-graduação no Brasil, de área interdisciplinar, voltados ao patrimônio cultural.

Tendo hoje uma carga horária semestral que totaliza 60 horas-aula, a disciplina foi concebida com vistas a contribuir para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, competências e habilidades próprios à sua temática e, em específico, para a análise, a crítica e a produção de projetos e obras de restauração, reabilitação e requalificação de bens culturais edificados.

Seu principal lastro e vínculo consiste nas atividades na linha de *Conservação do Patrimônio Cultural e Natural* que temos realizado ao longo de quase três décadas no Magistério Superior. Dentre elas, destacam-se diversos projetos de pesquisa e extensão em identificação e documentação, em preservação e uso sustentável e em restauração, reabilitação e requalificação de bens culturais edificados. Destaca-se, também, a atuação como conselheiro, consultor e coordenador de projetos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais (Conep), do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), entre outras instituições. E, por fim, destaca-se a oferta de disciplinas de graduação tais como a intitulada *Projetos para Preservação e Uso Sustentável do Patrimônio Cultural e Natural* que adota como objetos de estudo e prática de projeto acervos culturais e naturais de grande relevância e, em especial, extraordinárias paisagens culturais

existentes em variados contextos espaciais e sociais que têm sido objetos de nossos projetos de pesquisa e extensão e de nossa atuação em instituições de patrimônio cultural e natural (TOFANI, 2018 e 2019).

Figura 1: Propostas de restauração da Catedral Notre-Dame de Paris de autoria de: a) Alexander Nerovnya; b) Miysis Studio; c) Vizumatelier; d) Vincent Callebaut; e) David Deroo; f) Valentino Gareri.



Fonte: Deezen - Architecture and Design Magazine, 2019.

Premissas

A disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*, mesmo tendo recebido sucessivos incrementos – que incluíram a duplicação de sua carga horária original e mudanças de denominação – tem, desde seu nascedouro, estruturado seu conteúdo programático e estratégias de ensino-aprendizagem a propósito não apenas de seus objetivos educacionais, mas, também, de um conjunto de premissas que entendemos como basilares para o trato do patrimônio cultural edificado e são sumarizadas a seguir.

Premissa 1: Da cultura

Uma marca distintiva da contemporaneidade consiste na profunda revisão que está a se empreender em longevos entendimentos sobre a natureza, sobre a cultura e sobre suas

relações. Essa revolução conceitual – talvez a de abrangência mais universal e efeito mais fundamental nos valores humanos desde Descartes – é fruto de uma miríade de fatores e tem tanto acarretado a paulatina superação da reducionista noção cartesiana de cultura quanto promovido a conceituação e o trato da cultura conforme determina sua própria etimologia e é preconizado pelas ciências humanas e, em especial, pela Antropologia. Ou seja, como um sistema de produção e reprodução do conjunto de valores, sentidos, concepções, saberes, símbolos, linguagens, práticas e obras que estrutura a existência de cada grupo e ser humano e é capaz, inclusive, de instituir o que entendem por *real*.

A cultura, assim entendida, consiste no mais poderoso sistema de significação de uma sociedade, determina seus modos de produção do espaço e reprodução social e pode ser tomada como a representação mais completa de suas relações consigo e com o *outro*, com o que denomina como natureza e com o que entende como suas divindades. A cultura é expressão plena do ser humano e seu fundamento ontológico por excelência.

Premissa 2: Do espaço enquanto base existencial

O espaço é base existencial quando suporta valores, sentidos e concepções fundamentais para um grupo ou ser humano e, em especial, quando sua matéria é transformada com vistas a se concretizar no mundo sensível, por meio de saberes, símbolos e linguagens, tais valores, sentidos e concepções.

Ao se produzir espaço enquanto base existencial, constrói-se um lugar que não apenas protege aqueles que o habitam dos perigos que creem os rondarem, mas, principalmente, um lugar onde suas verdades estão concretizadas na matéria, onde podem experimentar suas vidas como significativas, onde podem ver a origem e trajetória de seus antepassados e um destino para seus descendentes, onde podem verdadeiramente habitar. Ao concretizarem e vivenciarem valores, sentidos e concepções no espaço, os seres humanos nele depositam algo de si, a ele dando vida, nele se refletindo, com ele se identificando, a ele pertencendo. Dessa forma, pedra e cal, barro e madeira, aço e vidro transcendem sua pura materialidade e são capazes de falar daqueles que os tocaram e transformaram. Quando o ser humano habita, ele se afirma perante si, perante a natureza e perante suas divindades. Habitando, corpo e alma encontram proteção para ser e sonhar em paz.

Portanto, a produção do espaço enquanto base existencial implica criação e sua compreensão implica conhecimento dos valores, sentidos e concepções que ele materializa e dos saberes, símbolos e linguagens adotados para tanto.

Premissa 3: Da determinação do patrimônio cultural e sua conservação

Os processos de determinação e conservação dos bens que constituem o patrimônio cultural de uma sociedade, não obstante suas muitas especificidades, comungam três características que consideramos inexoráveis. Primeiro, esses processos consistem em questões essencialmente axiológicas, por mais que eventualmente se apoiem em ciências de base cartesiana e a despeito de todo e qualquer esforço para dotá-los de absoluta objetividade. Segundo, eles possuem variados graus de motivação política e são adotados, inclusive, como expedientes para justificar a coesão social e territorial, ou mesmo para forjá-la. Terceiro, eles têm grande potencial de impacto na produção do espaço e reprodução social e, não raro, sérios desdobramentos econômicos.

Os processos de determinação e conservação do patrimônio cultural, assim sendo, devem ser objetos de rigorosa análise, crítica e ponderação, em termos principalmente dos valores e critérios adotados, dos interesses envolvidos, dos potenciais impactos e dos modos de deliberação – e incluir todos que tenham participação na conservação e, sobretudo, as comunidades diretamente relacionadas aos bens.

Premissa 4: Da interdependência e indissociabilidade entre bens patrimoniais

Não obstante a existência de diversos sistemas de classificação de bens patrimoniais – e em que pese os excessos taxonômicos e vieses disciplinares de muitos estudiosos e instituições –, os bens de uma sociedade usualmente têm relações de interdependência ou de indissociabilidade entre si. Essas relações se dão tanto entre ditos “bens culturais materiais” e “bens culturais imateriais” quanto entre ditos “bens culturais” e “bens naturais” e são patentes principalmente em comunidades tradicionais.

Portanto, toda ação visando à conservação do patrimônio cultural material deve visar também à conservação do patrimônio cultural imaterial, e vice-versa, assim como toda ação visando à conservação do patrimônio cultural deve visar também à conservação do patrimônio natural, e vice-versa.

No Brasil, por mais que ainda predominem os referidos excessos taxonômicos e vieses disciplinares, tais relações de interdependência ou indissociabilidade têm sido reconhecidas e valorizadas crescentemente e possuem como expressões os bens tombados como “Paisagens Culturais” (nos termos da Portaria Iphan nº. 127/2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira), os bens registrados como “Lugares” (nos termos

do Decreto Federal nº. 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro) e os bens acutelados como “Reservas Extrativistas” (nos termos da Lei Federal nº. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).

Premissa 5: Da conservação do patrimônio cultural edificado enquanto preservação e uso sustentável

A conservação dos bens culturais edificados exige a salvaguarda de seus atributos de integridade e autenticidade contra fenômenos antrópicos e naturais potencialmente lesivos e, a um só tempo e de maneira sustentável, a destinação desses bens a finalidades que os permitam contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em específico, para o desenvolvimento das comunidades às quais eles estão diretamente associados.

Tal exigência se deve ao fato de que a sustentabilidade da relação entre salvaguarda e destinação – ou, em termos mais específicos, a preservação e uso sustentável – consiste na melhor garantia de que o bem cultural edificado será permanentemente conservado pela respectiva sociedade, pois ocupa um lugar privilegiado não apenas na sua história e memória, mas também na consumação de sua existência no tempo presente e nos seus principais projetos para o futuro.

Todavia, alcançar a sustentabilidade nessa relação estruturalmente dinâmica e delicada requer a observância de, por um lado, a tendência da preservação à *permanência* e a acarretar prejuízos ao desenvolvimento social e, por outro lado, a tendência do uso à *transformação* e a acarretar prejuízos à integridade e autenticidade do bem. Em outras palavras, a sustentabilidade dessa relação requer que o bem cultural edificado receba um uso que seja compatível com seus atributos físicos e simbólicos de integridade e autenticidade, admite que o bem receba intervenções que o adequem a esse uso sem lesar tais atributos e exige a definição dos critérios de intervenção.

Premissa 6: Das comunidades depositárias do patrimônio cultural edificado

As comunidades diretamente associadas a bens culturais edificados – notadamente seus proprietários, mas também seus locatários, cessionários e usuários – são, via de regra, o principal agente de sua conservação, quando isso é compatível com seus modos de produção do espaço e reprodução social, ou o principal agente de sua descaracterização e destruição, quando há incompatibilidade.

Portanto, a conservação de um bem cultural edificado e, em específico, a sua preservação e uso sustentável exigem sólidos conhecimentos e efetivo comprometimento relacionados não apenas aos atributos de integridade e autenticidade do bem, mas também às características e demandas, sobretudo socioeconômicas, da comunidade diretamente associada a ele.

No Brasil, essas comunidades são denominadas 'depositárias' devido à Constituição Federal determinar, em seu Artigo 216, que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação". Esses instrumentos se pautam pelo conceito de função social da propriedade – que não suprime o direito a ela, mas limita sua utilização em função do interesse coletivo – e criam a figura do compartilhamento de responsabilidade pelos bens culturais entre o Poder Público e as comunidades que *recebem em depósito* esses bens.

Premissa 7: Do acesso ao patrimônio cultural edificado

O fato de que só conservamos o que nos é significativo, e para ser significativo tem de ser compreendido e, sempre que possível, vivenciado consiste em uma condição basilar da conservação do patrimônio tanto cultural quanto natural, como reconhecem os estudiosos e instituições dedicadas à matéria. Tal fato impõe, dentre outros efeitos, a necessidade de se proporcionar acesso qualificado aos bens patrimoniais por parte das respectivas sociedades, bem como por todos aqueles que possam contribuir, direta ou indiretamente, para sua conservação.

A compreensão e vivência de bens patrimoniais em geral e, em específico, de bens culturais edificados podem ser proporcionadas por meio de duas categorias de acesso que geralmente detêm alto grau de interdependência. A primeira categoria, que denominamos *acesso abstrato*, consiste em publicações e mídias voltadas a diferentes públicos, oferecidas em diversos formatos e contendo dados e análises que possibilitem a compreensão de todos os atributos do bem ou, pelo menos, de seus principais. A segunda categoria, que denominamos *acesso concreto*, consiste em infraestruturas e serviços que possibilitem a vivência do bem ou, pelo menos, de suas dimensões públicas. O *acesso concreto* deve primar pela sustentabilidade, ater-se à capacidade de carga do bem e, se necessário, ser franqueado apenas à comunidade depositária.

Premissa 8: Da complexidade da preservação e uso sustentável do patrimônio cultural edificado

A preservação e uso sustentável de bens culturais edificados consiste, em geral, em uma tarefa bastante complexa devido à grande variedade e variabilidade de fatores envolvidos. Isso inclui os valores conferidos ao bem, seus atributos de integridade e autenticidade, as motivações políticas de sua conservação, os interesses econômicos em relação a ele, os entendimentos sobre patrimônio, as teorias e práticas de conservação, as legislações, os modos de deliberação e, até mesmo, fatores como as mudanças climáticas globais. Como se não bastasse, essa tarefa ganha contornos ainda mais intrincados – ou é impossibilitada – quando os bens se encontram em contextos com prolongado declínio econômico ou acelerado crescimento econômico, em contextos com grande desigualdade política e em contextos onde estão sob a esteira de atividades econômicas predatórias, tal como diversas formas de mineração, de industrialização, de urbanização e, inclusive, de turismo.

A preservação e uso sustentável de bens culturais edificados é, por definição, um processo permanente que depende, antes de tudo, de sociedades comprometidas com os valores democráticos e os valores da sustentabilidade social, econômica e ambiental preconizados, por exemplo, nos *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* da ONU. Assim sendo, esse processo requer a adoção de uma visão em longo prazo, bem como arcabouços teórico-metodológicos que sejam capazes de pautar efetivamente as complexas atividades de planejamento e gestão da conservação, de produção e implantação de planos de preservação e uso sustentável e de elaboração e execução de projetos de restauração, reabilitação e requalificação.

Premissa 9: Da interdisciplinaridade da preservação e uso sustentável do patrimônio cultural edificado

A preservação e uso sustentável de bens culturais edificados exige conhecimentos, competências e habilidades de conservação disciplinares e, sobretudo, atitudes, arcabouços e processos de conservação interdisciplinares. Todavia, a interdisciplinaridade não consiste em uma mera soma de esforços disciplinares e tal soma não resulta, por si só, na conservação do patrimônio. A interdisciplinaridade exige, isto sim, que as disciplinas envolvidas compartilhem uma base teórico-metodológica que possibilite a integração da geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos, competências e habilidades. No caso da preservação e uso sustentável de bens culturais edificados, essa

base consiste no conjunto de teorias e métodos da conservação em geral e, em específico, da restauração, reabilitação e requalificação.

É também necessário, em trabalhos de conservação, a produção de documentação de qualidade sobre todo o processo e o conhecimento produzido e reproduzido tanto disciplinarmente quanto interdisciplinarmente. Em geral, essa documentação consiste em um amplo relatório técnico interdisciplinar tendo como anexos os relatórios disciplinares. Recomenda-se que ela seja depositada em órgão público, notadamente institutos de patrimônio, bem como publicada.

Premissa 10: Da alteridade

A relação com o patrimônio cultural de uma sociedade, de modo a alcançar sua plenitude, deve ser fundamentada no entendimento de que o verdadeiro encontro com um *outro* cultural é uma experiência com duas dimensões e uma essência: uma dimensão *horizontal*, objetiva, dada pelo deslocamento no espaço e no tempo que possibilita se pôr diante do *outro*; uma dimensão *vertical*, subjetiva, dada pelo deslocamento existencial, transcendente, que advém da compreensão desse *outro*; ser, em essência, um exercício de alteridade.

Estratégias de ensino-aprendizagem e conteúdo programático

Com vistas a alcançar seus objetivos educacionais, e em consonância com essas premissas, a disciplina adota um conteúdo programático e estratégias de ensino-aprendizagem com elevado grau de interdisciplinaridade e interdependência. Essas estratégias incluem aulas expositivas e seminários, realizados nos dois primeiros terços de sua carga horária com vistas à transmissão-aquisição de seu conteúdo, bem como um dinâmico workshop, realizado no seu último terço de modo a cada estudante apresentar, analisar, criticar, debater e produzir um paper de um estudo de caso à sua escolha. Já o conteúdo programático da disciplina é definido e organizado de maneira a proporcionar aos estudantes a oportunidade de aprofundarem seus conhecimentos sobre cultura e patrimônio e, depois, sobre a conservação do patrimônio cultural edificado e as principais teorias e práticas de restauração, reabilitação e requalificação. Correspondentemente, isso redundará em dois blocos de conteúdos que são tratados nas aulas expositivas e seminários, aplicados no workshop e sumarizados a seguir.

Bloco 1: Cultura e Patrimônio

Conteúdo I: O conceito de cultura e a produção e reprodução do *real*

O primeiro momento da disciplina versa sobre a revisão dos entendimentos e relações com a natureza e a cultura na contemporaneidade e debate as principais teses que buscam explicar seu *ethos* e *logos*. A saber, as questões da capacidade de carga da biosfera e as inquietações neo-malthusianas sobre os eventuais limites do crescimento demográfico e econômico global; o entendimento do planeta enquanto uma unidade biodiversa potencialmente vulnerável a ações antrópicas pontuais e a ampliação dos interesses e conflitos ambientais em escala mundializada; a eclosão de novas formas de produção do capital e o avanço de sistemas com pretensões hegemônicas globais; a ampliação do poder corporativo transnacional e a fragilização do Estado-Nação; a exacerbação dos embates entre esferas públicas e privadas e o fortalecimento dos movimentos sociais e organizações não governamentais; a expansão da *mass media* e a revolução proporcionada pela Internet na desterritorialização da produção do conhecimento, da reprodução de ideias, dos relacionamentos e da ação política; as conclusões do *Projeto Genoma Humano*, pondo por terra o equivocado conceito de raças humanas e dando um basta científico ao seu uso político; os avanços e limites da filosofia e ciência de base cartesiana e a eclosão do ideário transdisciplinar; as questões dos direitos à vida, à liberdade e à igualdade e da conservação da tradição, memória e patrimônio de cada grupo social; e, sobretudo, o reconhecimento do papel central desempenhado pela cultura em todos esses âmbitos.

O que se entende por cultura é tratado em seguida, confrontando-se a noção cartesiana com o conceito antropológico que a disciplina em tela adota. Nesse sentido, demonstra-se primeiramente que essa noção, ainda arraigada na vida pública e privada, tem raízes nos limites conceituais e operacionais experimentados pelo cartesianismo durante boa parte de sua história e é constituída *por exclusão* ou *por exceção*, posto que abarca as dimensões humanas que durante muito tempo o afã cartesiano por verdades neutras, objetivas, cumulativas e universais não deu conta. Assim sendo, o que se entende como cultura nessa tradição é simplesmente um espaço onde se confina compulsoriamente tudo que supõe subjetivo, imponderável ou idiossincrático, tal como as artes, as mitologias, as religiões etc. Em face disso, é abordada a tendência de se conceituar e tratar a cultura como determina sua própria etimologia e é preconizado pelas ciências humanas e, em especial, pela Antropologia. De modo a aprofundar esse entendimento, analisa-se etimologicamente a palavra 'cultura' (do verbo latino *colo* e seus participios *cultus* e *culturus*), evidenciando-se

seu sentido e potência originais, sua condição de conjunto de motivações e ações essenciais à existência humana, sua indissociabilidade da produção do espaço e reprodução social e da memória, patrimônio e educação e, sobretudo, sua condição de fundamento ontológico do ser humano.

Finalmente, é tratado o conceito de espaço enquanto base existencial. Para tanto, parte-se da análise etimológica da palavra 'existencial', passa-se pelos conceitos de espaço, lugar, território, orientação, identidade e pertencimento, alcança-se a questão da concretização de valores, sentidos e concepções no mundo sensível por meio de saberes, símbolos e linguagens e se enfatiza que essa produção implica criação e sua compreensão implica conhecimento.

Conteúdo II: O conceito de patrimônio e suas permanências e transformações

No segundo momento do bloco *Cultura e Patrimônio*, é tratada inicialmente a tradição neolatina de conceituação e lida com o patrimônio, em termos dos fundamentos e critérios adotados; das categorias patrimoniais e escopos; das modalidades de acautelamento; dos direitos, deveres e relações do Poder Público e entes privados; e das políticas, institutos e legislações.

Especial ênfase é dada à experiência brasileira, sendo tratados o Movimento Modernista e a *brasilidade*; o Estado Novo e a construção da ideia da memória e patrimônio enquanto fundamentos para a coesão nacional; o Decreto-Lei nº. 25/1937 e a estatização do patrimônio; o Sphan, sua *fase heroica*, sua atuação na determinação e conservação do patrimônio e na desvalorização e destruição de manifestações tidas como menores ou ilegítimas; a *cidade-monumento* e o *paradoxo preservacionista*; a *cidade-documento* e o *paradoxo estadonovista*.

Finalmente, trata-se a expansão global do conceito e escopo do patrimônio a partir do último quartel do século XX e são elencadas como suas principais motivações, para além da revisão dos entendimentos e relações com a natureza e a cultura, a maneira como os Estados-Nação lidam com a memória coletiva de cada grupo social que os compõem; as relações entre a globalização, a mediatização e a massificação; as novas formas de reprodução do capital e suas simbioses econômicas com a *mass media* e o turismo; e a transformação da memória e do patrimônio em *objetos de fetiche*.

Conteúdo III: As principais questões do patrimônio cultural na contemporaneidade

No terceiro e último momento do bloco *Cultura e Patrimônio*, essas questões são sistematizadas conforme sua natureza e com vistas a contextualizar o que é tratado no próximo bloco. Tal sistematização redundará em uma relação contendo as seguintes questões:

- I. A resiliência da noção cartesiana de cultura e dos critérios históricos e artísticos de patrimônio e a expansão do conceito antropológico de cultura, dos critérios e escopo do patrimônio e da valorização e proteção da diversidade cultural.
- II. A essência axiológica, motivações políticas, impactos na produção do espaço e reprodução social e modos de deliberação da determinação e conservação do patrimônio.
- III. O mito da *imaterialidade* ou *intangibilidade* e os Saberes, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares e congêneres enquanto bens do patrimônio cultural.
- IV. O mito da *natureza intocada*, a natureza culturalizada e os espaços naturais enquanto bens do patrimônio cultural.
- V. A interdependência ou indissociabilidade entre bens culturais materiais e imateriais e entre bens culturais e naturais e as Paisagens Culturais, Lugares, Reservas Extrativistas e congêneres enquanto suas expressões.
- VI. A conservação enquanto preservação e uso sustentável e a busca por sustentabilidade na relação entre a salvaguarda da integridade e autenticidade dos bens culturais e sua destinação para o desenvolvimento social.
- VII. O acesso qualificado aos bens culturais enquanto meio para compreensão e vivência de seus atributos de integridade e autenticidade e para o estabelecimento de relações de significação e proteção.
- VIII. A complexidade da preservação e uso sustentável, a variedade e variabilidade de fatores envolvidos e as vicissitudes em contextos com grandes desigualdades econômicas, sociais e políticas.
- IX. A preservação e uso sustentável enquanto processo permanente e sua dependência dos valores republicanos e de sustentabilidade, de visão em longo prazo e de arcabouços teórico-metodológicos para planejamento e gestão e planos e projetos.
- X. A busca por conhecimentos, competências e habilidades de conservação disciplinares e por atitudes, arcabouços e processos de conservação interdisciplinares.

Bloco 2: A Conservação do Patrimônio Cultural Edificado

Conteúdo IV: A formação das teorias e práticas de conservação do patrimônio cultural edificado, do Renascimento às Cartas Patrimoniais

O primeiro momento do segundo bloco de conteúdos da disciplina é dedicado ao estudo da formação das teorias e práticas de conservação a partir do Renascimento, especialmente na Itália quatrocentista, posto que foi *locus* da eclosão do entendimento e culto das *coisas do passado* enquanto objetos sociais dotados de grande valor cultural, bem como da própria ideia da conservação. Como se demonstra, esse fenômeno foi motivado pelas profundas transformações filosóficas ocorridas no período, pelo surgimento de uma nova noção de tempo, memória e história e pelo despertar de um grande interesse pela Antiguidade Clássica, o que motivou algumas das primeiras medidas legais de acatamento de monumentos no Ocidente, na forma de bulas e breves papais visando à conservação de legados da Antiguidade Clássica romana (JOKILEHTO, 2002).

Avançando-se, são tratadas as contribuições dadas à conservação por eruditos e colecionadores europeus denominados *humanistas* e *antiquários* e, a partir do século XVIII, por disciplinas tais como a Arqueologia, que ganhavam suas feições modernas, desestimulavam o tratamento dos bens como mero gabinete de curiosidades, motivavam e fundamentavam expedições científicas por todo o mundo e seriam responsáveis, inclusive, por potencializar um dos primeiros casos de turismo cultural internacional em bases regulares: o notório *Grand Tour* (LANGER, 1999).

Alcança-se então a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, quando são estudadas as profundas transformações sociais e espaciais que acarretaram e, em específico, a brutal “ruptura traumática do tempo” (CHOAY, 2001, p.136), o surgimento do Romantismo, a elevação dos monumentos históricos à condição de insubstituíveis e a centralidade da conservação nas questões de Estado das potências europeias. Especial ênfase é dada à destruição ampla e sistemática de monumentos, obras de arte e documentos relacionados aos poderes monárquico, clerical e feudal provocada pelas revoluções ocorridas na França nos séculos XVIII e XIX, bem como às contribuições dadas à sua conservação pelo abade Henri Jean-Baptiste Grégoire (1750-1831) por meio de seus *rapports* e críticas sobre “le Vandalisme” (FRANÇA, 1794, p.1); pela Convenção Nacional francesa por meio de *Instructions Publiques* após o período conhecido como *La Terreur*, e pelo escritor Victor

Hugo por meio de obras como o clássico *Notre-Dame de Paris* e seu artigo *la Guerre aux démolisseurs*, publicada na conceituada *Revue des Deux Mondes* (HUGO, 1832).

A eclosão, no século XIX, da ideia da restauração enquanto ato cultural visando à conservação do patrimônio edificado é tratada através do estudo das doutrinas intervencionista e antintervencionista, de seus mais notórios representantes e do intenso debate que protagonizaram e motivaram. Nesse sentido, estuda-se primeiramente o arquiteto francês Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) que tanto preconizou em seu *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle* a validade da restauração que produziu um *pretérito mais-que-perfeito* quanto a praticou em dezenas de alguns dos mais importantes bens do patrimônio edificado francês, por meio de reconstituições baseadas em conjecturas sobre o passado, de reconstruções de ruínas e de correções de concepções arquitetônicas e sistemas construtivos pretéritos que ainda subsistiam nesses bens (VIOLLET-LE-DUC, 1854-1868 e 2000). Em oposição a Viollet-le-Duc, estuda-se o escritor, artista e crítico de arte inglês John Ruskin (1819-1900), um dos nomes mais profícuos e aclamados do Romantismo, conhecido por sua defesa da primazia cultural e patrimonial da cidade tradicional e da arquitetura doméstica, por seu papel na vanguarda do movimento ambientalista e, como deixou registrado em obras como *The Seven Lamps of Architecture* por sua crítica ferrosíssima à restauração leduciana e defesa intransigente de que os edifícios devem ser objeto, no máximo, de manutenção (RUSKIN, 1849 e 2008).

A busca por uma abordagem dialética e reelaboração crítica dos entendimentos antagônicos das doutrinas intervencionista e antiintervencionista é tratada em seguida, destacando-se, primeiramente, o arquiteto e engenheiro italiano Camillo Boito (1836-1914) e suas contribuições capitais para a fundamentação e estruturação das principais teorias e práticas de conservação desde então. A *doutrina de consenso* boitiana, expressa em sua conferência na *Esposizione Generale Italiana* e em seu livro *Questioni Pratiche di Belle Arti*, receberia crescente adesão, pautaria cartas patrimoniais e legislações voltadas a bens culturais edificados e está materializada nos inúmeros bens que foram objeto de intervenções sob seus auspícios. Os princípios boitianos incluem o respeito à integridade e autenticidade do bem e a manutenção como principal medida de conservação, mas sem se admitir seu arruinamento; o respeito à pátina do tempo e às contribuições de todas as épocas para a produção do bem, mas se admitindo em casos excepcionais a eliminação de intervenções de pouco interesse que ocultem uma etapa subjacente de grande valor; a rejeição da reconstrução de um bem arruinado em sua totalidade ou maior parte, mas se

exigindo sua consolidação por meio de técnicas que cessem ou minorem o processo de arruinamento; a limitação da intervenção ao mínimo, mas se admitindo a adoção de técnicas modernas; e a rejeição da reconstituição conjectural e *correção* de concepções e sistemas pretéritos, mas se admitindo como medidas extremas a restauração e o preenchimento de lacunas indispensáveis, limitadas a elementos conhecidos objetivamente e distinguíveis das partes originais de modo a não falsearem o estado do bem (BOITO, 1893 e 2008).

O ingresso no século XX se dá através do estudo das contribuições do historiador da arte austríaco Alois Riegl (1858-1905), o qual demonstrou em seu livro *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung* que todo monumento é, em essência, um objeto social. Como tal, sua compreensão e conservação exigem entender os valores atribuídos a ele, posto que não são absolutos e imutáveis, mas relativos e determinados por especificidades culturais dos grupos sociais que o têm ou tiveram como objeto. Em oposição a noções e crenças longevas que ainda perseveravam – como a existência de cânones artísticos universais, de artes maiores e menores, e de decadência artística – Riegl demonstrou também que o monumento é produto e representação de um contexto histórico-estético específico e de uma sensibilidade e vontade artística também específica. Ele elaborou então um refinado modelo de classificação axiológica de monumentos, de base interdisciplinar, que os organizava segundo duas categorias e respectivas subcategorias: os dotados de “valores de memória” (“valor de antiguidade”, “valor histórico” e “valor de comemoração”) e os dotados de “valores de atualidade” (“valor utilitário” e “valor de arte”, “de novidade” e “relativo”) (RIEGL, 1903 e 2014).

Sem perder de vista as contribuições de autores como Gustavo Giovannoni (1873-1947) e Max Dvorák (1874-1921), trata-se o movimento denominado *Restauro Crítico*, sua ênfase na singularidade e especificidade de cada intervenção e seus principais pensadores. Dentre eles, é destacado o historiador e crítico de arte italiano Cesare Brandi (1906-1988) e suas contribuições por meio, em especial, do livro *Teoria del Restauro* (BRANDI, 1963). Elas incluem, primeiro, a enunciação filosófica mais ampla e sistemática que deu à restauração, entendida por ele como “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2008, p.30); segundo, incluem os axiomas que preconizam que a restauração é uma ação sobre a matéria da obra de arte com vistas ao restabelecimento de sua unidade potencial e que deve ostentar a marca de seu tempo, não cometer um falso artístico ou histórico e não cancelar qualquer traço da passagem do tempo; e, terceiro, incluem os princípios práticos acerca da distinguibilidade da intervenção

integrativa, “invisível à distância de que a obra de arte deve ser observada, mas reconhecível de imediato [...] quando se chega a uma visão mais aproximada” (p.30); acerca da insubstituibilidade da matéria “quando colaborar diretamente para a figuratividade da imagem” e “a maior liberdade de ação no que se refere aos suportes, às estruturas portantes” (p.48); e acerca da retratabilidade de uma intervenção “que não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (p.48).

Finalmente, são tratadas as principais cartas patrimoniais voltadas a bens culturais edificados e produzidas entre 1931, quando se elaborou a *Carta de Atenas* sobre conservação e restauração de monumentos históricos e 2013, quando se realizou a última atualização da *Carta de Burra* sobre lugares com significância cultural (IPHAN, 2018).

Conteúdo V: A conservação do patrimônio cultural edificado, hoje: alguns conceitos e muitas confusões...

No segundo momento do bloco *A Conservação do Patrimônio Cultural Edificado*, demonstramos que a maior parte dos entendimentos atuais sobre conservação deriva, primeiro, da oposição entre as doutrinas intervencionista e antiintervencionista, responsável por disseminar a ideia de que a *conservação* e a *restauração* se opõem; segundo, da busca por uma abordagem dialética e reelaboração crítica dessas doutrinas, responsável por disseminar a ideia de que a *conservação* e a *restauração*, sem perder sua alegada oposição, podem se harmonizar sob denominações como *conservação e restauração* ou *conservação-restauração*; e, terceiro, da crítica às teorias clássicas por parte de estudiosos como o espanhol Salvador Muñoz Viñas (1963-) que defende, sem se desgarrar da alegada oposição entre *conservação* e *restauração*, que a última inclui a primeira e que a palavra deve ser grafada com a letra inicial maiúscula, ou seja, como “Restauración” (MUÑOZ VIÑAS, 2004, p.18).

A parte remanescente dos entendimentos sobre conservação comunga a ideia de que ela consiste *lato sensu* no processo, ou conjunto de ações continuadas, que é realizado por um grupo ou ser humano com vistas a perpetuar algo. No âmbito do patrimônio cultural, a conservação é então entendida como o processo realizado com vistas a perpetuar os atributos de integridade e autenticidade de um bem. Ela é um valor de continuidade, implica a permanente manutenção do bem cultural e, conforme as circunstâncias, implica ou não ações de restauração e/ou preservação – que, por sua vez, não se opõem a ela e não são sinônimos dela. A conservação, assim entendida, é, portanto, um processo *atemporal*.

Esse entendimento, que preconizamos sem prejuízo da compreensão da racionalidade dos demais, é aprofundado na disciplina através de um esforço epistemológico e etimológico de conceituação da conservação e, por decorrência necessária, de conceituação da preservação, da manutenção e da restauração.

Em linhas gerais, a preservação, no âmbito do patrimônio cultural, é entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio da salvaguarda de seus atributos de integridade e autenticidade contra potenciais ameaças e danos futuros. Trata-se, portanto, de um processo *com ênfase no futuro*.

Já a manutenção, no âmbito do patrimônio cultural, é entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do cuidado concreto e cotidiano de sua matéria e condições de uso e usufruto. A manutenção deve minorar a necessidade de sua restauração. Trata-se, portanto, de um processo *com ênfase no presente*.

Por sua vez, a restauração, no âmbito do patrimônio cultural, é entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do restabelecimento de sua matéria a um estado anterior conhecido. A restauração deve terminar quando começa a hipótese, pois se rejeita intervenções conjecturais, e ter caráter excepcional, pois se deve priorizar a manutenção do bem. Trata-se, portanto, de um processo *com ênfase no passado*.

Essa acepção de restauração, deve-se destacar, reconhece a redução contemporânea de sua acepção original – abarcando praticamente toda e qualquer intervenção na matéria de um bem cultural edificado – causada pela tendência de se tratar essas intervenções não mais como *restaurações* em geral, mas como categorias de intervenção específicas. Essas categorias são geralmente determinadas pelas especificidades de seus objetivos e adotam em suas denominações um termo referente a eles antecedido do prefixo latino ‘re’, seja por filiação à restauração e compromisso com a conservação, seja por mero modismo. Em meio a esse processo de especialização e diversificação – onde abundam inconsistências epistemológicas e etimológicas –, duas categorias de intervenção têm desenvolvido crescente solidez e, juntamente com a restauração, são objetos fundamentais da disciplina: as denominadas ‘reabilitação’ e ‘requalificação’.

Conforme se depreende de muitos estudos de caso, a reabilitação e a requalificação geralmente têm em comum consistirem em processos que visam contribuir para a preservação e uso sustentável de bens culturais edificados em situação de subutilização, deterioração ou degradação social, por meio da criteriosa adequação de seus atributos

espaciais, materiais e/ou infraestruturais às finalidades pretendidas, podendo implicar ou não a adição e subtração de espaços, materiais e/ou infraestruturas. No entanto, essas categorias têm em diferente o fato de que enquanto a reabilitação consiste em um processo com ênfase na potencialização do uso atual do bem ou no restabelecimento e potencialização de um uso anterior, a requalificação consiste em um processo com ênfase em dotar o bem de um uso ou funcionalidade que ele jamais teve. Ademais, a reabilitação e a requalificação, bem como a restauração podem estar presentes, em variadas medidas, em uma mesma intervenção, especialmente em bens culturais edificados de maior complexidade, posto que frequentemente se completam, quando não se sobrepõem parcialmente.

Conteúdo VI: Os principais critérios contemporâneos de restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado

No terceiro e último momento do bloco *A Conservação do Patrimônio Cultural Edificado*, a disciplina trata tais critérios, sistematizando-os na forma do que denominamos como *Os 10 mandamentos da restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado*. Tal sistematização não tem qualquer pretensão dogmática, se dá por razões de ordem cognitiva e mnemônica e, antes de ser apresentada aos estudantes, exhibe-se um trecho da comédia *The History of The World: Part 1*, lançada nos cinemas em 1981, no qual seu diretor e ator principal Mel Brooks (1926-) parodia a passagem bíblica em que o profeta Moisés recebe de Javé, Deus de Israel, as *Tábuas da Lei* contendo os mandamentos divinos. No entanto, contrariando a tradição judaico-cristã, Moisés recebe três tábuas com cinco mandamentos cada, mas, enquanto retorna a seu povo, destrói uma por acidente e, fazendo-se de rogado, divulga apenas os dez mandamentos restantes (Figura 2).

Por esse meio heterodoxo, a disciplina reconhece de antemão a incompletude de seus *mandamentos* e convida os estudantes tanto ao seu uso crítico quanto, sobretudo, a ampliarem e aprofundarem as premissas, questões e critérios da restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado. Esses *mandamentos* são assim enunciados:

- I. *Visarás à preservação e uso sustentável.*
- II. *Serás interdisciplinar e documentarás com qualidade.*
- III. *Respeitarás a unidade potencial sobre todas as coisas.*
- IV. *Não reconstruirás ruínas mas farás anastiloses e consolidações.*
- V. *Preencherás lacunas e farás intervenções reintegrativas.*

- VI. *Manterás contribuições válidas e eliminarás intervenções espúrias.*
- VII. *Priorizarás os sistemas construtivos originais mas empregarás sistemas modernos quando mais adequados.*
- VIII. *Não desdenharás bens móveis e integrados, bens imateriais e bens naturais.*
- IX. *Adaptarás e acrescerás com distinguibilidade, dialogismo, coadjuvação e reversibilidade.*
- X. *Não decidirás sozinho e edificarás na alteridade (TOFANI, 2019).*

Figura 2: Cena da comédia *The History of The World: Part 1*, dirigida e estrelada por Mel Brooks, na qual Moisés destrói por acidente uma das três *Tábuas da Lei* que recebera de Javé, Deus de Israel.



Fonte: Brooksfilms, 1981.

Considerações finais

Ao longo de seus quatro anos de existência, a disciplina tem recebido diversos incrementos em seu conteúdo programático e estratégias de ensino-aprendizagem motivados por sugestões e demandas de seus estudantes, pela avaliação formal e anônima que solicitamos realizarem ao final de cada período letivo e por nossas análises do desempenho geral de cada turma. Dentre esses incrementos, destacam-se a ampliação da carga horária da disciplina, de 30 horas-aula em 2016 para 60 horas-aula a partir de 2017, bem como a constante sofisticação dos conteúdos que constituem seu segundo bloco e versam sobre a formação das teorias e práticas de conservação a partir do Renascimento, sobre os conceitos de conservação, preservação, manutenção,

restauração etc. e sobre os principais critérios contemporâneos de restauração, reabilitação e requalificação.

Isso tem proporcionado crescentes contribuições à capacitação dos estudantes para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, competências e habilidades próprios à temática da disciplina, conforme temos averiguado pela sensível melhora da qualidade dos workshops e papers que produzem na disciplina e, em especial, pela aplicação de seu conteúdo programático como referencial analítico e crítico de suas teses, dissertações, artigos e, inclusive, produções técnicas.

Não obstante a relevância de tais incrementos e desdobramentos, o tempo de existência da disciplina, relativamente curto, impede-nos afirmar que ela já tenha alcançado plena maturidade e capacidade de contribuição. Ao contrário, entendemos que ela ainda está em desenvolvimento e, talvez, o seu maior desafio não seja apenas alcançar excelência na transmissão-aquisição do conteúdo programático que adota hoje, mas também ser capaz de acompanhar a natureza altamente dinâmica das teorias e práticas de restauração, reabilitação e requalificação nesta contemporaneidade sob a égide da transformação e, assim, manter-se permanentemente pertinente.

Referências bibliográficas

BOITO, Camillo. *Questioni Pratiche di Belle Arti*. Milão: Ulrico Hoepli, 1893.

_____. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1963.

_____. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FRANÇA. Convention nationale. *Instruction Publique: Rapport: Sur les destructions opérées par le vandalisme et sur les moyens de le réprimer*. Paris: Imprimerie Nationale, 1794.

HUGO, Victor. Guerre aux démolisseurs. *Revue des Deux Mondes*, Paris, v.5, pp.607-622, 1832.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). *Cartas Patrimoniais* [online]. 2019. Disponível na Internet: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>.

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002.

LANGER, Johnni. As origens da Arqueologia Clássica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.9, pp.95-110, 1999.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría Contemporánea de la Restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

RIEGL, Alois. *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*. Viena: W. Braumüller, 1903.

_____. *O Culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Editora Perspectiva. 2014.

RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture*. Londres: Smith, Elder, and Co. 1849.

_____. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

TOFANI, Frederico de Paula. *Projetos para Preservação e Uso Sustentável do Patrimônio Cultural e Natural: Uma Experiência de Ensino nas Ruínas do Complexo de Exploração Aurífera do Forte de Brumadinho, na Serra da Moeda, Minas Gerais, Brasil*. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 5º, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2018.

_____. *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*. Belo Horizonte: UFMG, 2019. (Material didático da disciplina, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável).

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Paris: B. Bance, Éditeur; A. Morel, Éditeur, 10 volumes, 1854-1868.

_____. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.